

## EPIFANIA ATRAVÉS DA GEOGRAFIA FEMINISTA

BRUNA RODRIGUES DA SILVA<sup>1</sup>; THEO SOARES DE LIMA<sup>2</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – brupzrodrigues@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – theolima@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo histórico podemos observar que a construção do pensamento científico, cultural e o repasse de conhecimentos, em geral, dar-se-ão através do olhar do grupo dominador para com o restante. A própria produção do outro transpassa a normalidade imposta por tal grupo. Seja na padronização de aparências, de comportamentos ou na produção do conhecimento científico, o aceito é o que beira a padronização e a normalidade. A presente reflexão, inspirada no artigo “Um Ensaio Sobre as Potencialidades do Uso do Conceito de Gênero na Análise Geográfica” de Joseli Maria Silva (2003), busca analisar a importância de uma mudança epistemológica na ciência geográfica, para que esta possa contemplar todos os agentes que produzem o principal objeto de tal disciplina: o espaço. Visa-se, assim, demonstrar como o *deficit* de produções daqueles marginalizados inviabilizou uma geografia de fato completa, que contemple diversas subjetividades e suas manifestações espaciais. Para exemplificação traz-se revisão teórico-metodológica dos autores Thomaz Tadeu da Silva (2000) e Roberto Lobato Correa (1995) a partir da formação do espaço urbano como reproduutor de identidade e diferença, que ainda é pensado através da disputa binária de gêneros. Tal é o ponto de partida para se pensar e discutir Geografias Feministas.

### 2. METODOLOGIA

O presente trabalho possui como principal ferramenta a revisão bibliográfica. Tal revisão serve de base para uma aproximação reflexiva entre a epistemologia geográfica, a reprodução do/na espaço urbano e a exclusão do feminino.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento temos como consequênciado comportamento explorador e opressor de nossa sociedade uma ciência majoritariamente masculina, heteronormativa e patriarcal, a qual não condiz com a realidade da grande diversidade identitária. Ao negar essas multiplicidades o planejamento e construção do espaço urbano exclui a mulher como agente produtora do espaço. O primeiro passo para compreensão desta lacuna é reconhecer que toda produção científica é social-histórica e se atrela aos recursos epistêmicos disponíveis. Assim, comprehende-se que nenhum conhecimento emerge neutro. Afinal, os pesquisadores edificam a ciência envolvendo tanto a objetividade, quanto a subjetividade em suas construções teóricas (SILVA, 2003). Toda

posição é política e, portanto, a construção do pensamento científico está intrinsecamente envolta em sociabilidade, a qual o sujeito produtor está inserido. Vivemos um Mundo onde a visão eurocêntrica de sociedade mostra-se predominante, mantendo um legado devastador sobre diferenças culturais e identidades, principalmente a partir do século XV com as grandes navegações e o início das colonizações forçadas nos continentes africano e americano. Se o conhecimento é feito e difundido majoritariamente a partir da perspectiva hegemônica (em sua esmagadora maioria homens brancos) é inevitável a invisibilidade daqueles fora desta classe. E se já inviabilizados como seres, no ato da civilidade, que dirá daquilo que nossas mentes produzem.

Atenta-se aqui para uma questão específica na (re)produção de uma ciência geográfica feminista: o pressuposto de que mulheres e homens posicionam-se diferentemente, e, assim, constroem e modificam os espaços às suas necessidades, formando fronteiras identitárias, onde o segundo exclui o primeiro sócio-espacialmente. Percebe-se a importância de uma geografia feminista desde conceitos basilares da geografia, como lugar e território. Se lugar é sinônimo de pertencimento, logo, em uma sociedade machista e patriarcal, este pode ser uma chave para o entendimento da diferenciação por gênero. Tal diferença resulta de um conjunto de elementos e estratégias de opressão das mulheres pelos homens, em diferentes lugares e tempos (SILVA, 2003). E o que define a posição desses corpos por gênero não é determinismo biológico e, sim, a produção simbólica dada a estes corpos. A própria binariedade de gêneros é um conjunto de ideais culturais constituídas através do tempo, o que é “ser mulher” e o que é “ser homem”. É, portanto, indispensável à reivindicação das diversas lutas sociais a superação destes paradigmas retrógrados. Afinal, toda ideia comporta espacialidade e vice-versa. Joseli Silva também discorre sobre como a territorialização pela conquista violenta, num ideal de “fortaleza” do espaço dominado, origina uma sociedade que valoriza a exclusão. E é a territorialidade daí produzida que coloca a mulher como frágil e a violência como forma de dominação, não permitindo uma experiência espacial igualitária entre os diversos gêneros. A visão epistemológica do feminismo para com a territorialização traz a percepção de um espaço dentro do outro, entre o que é conquistado e ocupado pelo feminino e pelo masculino. Na formação do espaço urbano podemos visualizar os conflitos entre diversas territorializações. Um mesmo espaço pode ser fragmentado, articulado, dominado e apropriado por inúmeros e distintos grupos, e cada grupo atribuirá múltiplos significados ao mesmo espaço. São essas movimentações internas que de fato (re)constroem os agentes sociais e suas práticas. Assim, a geografia feminista busca compreender como o sujeito feminino é construído dentro dessas estruturas de dominação sócio-espacial (SILVA, 2003).

Segundo Bondi (1992), o planejamento urbano funcionalista e racionalista adotou uma concepção de cidade que zoneia as áreas de acordo com suas finalidades. Ao dividir o espaço urbano em residencial, industrial e comercial, aprisionaram as mulheres a determinados espaços como consequência de um sistema que, acima de tudo, utiliza da divisão social e territorial do trabalho como ferramenta de manipulação e manutenção da hierarquia de poder através do determinismo de gênero. A exclusão da figura feminina na construção do espaço urbano pode ser compreendida, então, em todas dimensões, do espaço da habitação até a cidade como um todo. É assim que a desvalorização do que é produzido pelas mulheres (desde bens até ideias), somado à luta constante pela ocupação de espaços, física e simbolicamente, acentuou um olhar atento ao

cotidiano e ao micro-social da pesquisadora mulher. Contudo, essa percepção do dentro para fora, onde o sujeito produtor está no cerne do problema, é uma ameaça para a manutenção de um sistema capitalista, visto que este só funciona a partir da desigualdade socioeconômica. Ainda que a demanda pela força de trabalho da mulher tenha contribuído para conquista cível, através da possibilidade de independência financeira, o atual modo de produção segue acentuando a divisão de classes em cima da perpetuação de estereótipos e arquétipos. Segundo Corrêa (1995) o próprio zoneamento do espaço urbano serve como fomentação dessas diversas desigualdades, quem deve produzir e consumir, como, onde e quando. A manutenção da segregação da mulher é estratégia não só para manutenção ideológica da binariedade de gêneros, mas também da concentração de renda e de capital político. Percebe-se, através da formação do espaço urbano, diversos exemplos de como as relações de poder entre gêneros se apresentam, desde a escala dos próprios cômodos da casa, até os espaços públicos, como ruas e praças, chegando às áreas mais amplas dos zoneamentos. Todas essas ordens de grandeza demonstram diferenças de acesso entre mulheres e homens, bem como sua combinação entre distintos poderes aquisitivos. Assim, classe e gênero se atravessam, pois

“(...) as cidades formam uma teia multidimensional de inúmeras sociabilidades que possuem suas próprias espacialidades. Algumas destas teias se interceptam, outras são autônomas, complementares e ainda contraditórias e, além disso, estão em constante movimento de transformação no tempo e espaço (...) as mulheres só alcançam visibilidade no espaço enquanto observadas através do espaço da luta e resistência. E tal perspectiva implica ultrapassar o discurso dominante da geografia e reconhecer um particular senso de espacialidade” (SILVA, 2003).

O conceito de Espaço Paradoxal (SILVA, 2003) enxerga os agentes produtores de espaço em suas variadas articulações e dimensões, não só nos conflitos de gênero, mas em tudo que compõe a subjetividade dos seres, como raça, religião, classe social, sexualidade. Compreende-se que esses elementos formadores do eu são experienciados concomitantemente. A construção do espaço, ainda que hegemônico, no sentido de que é feito a partir do desejo do dominador, é heterogêneo. A construção do espaço pensado a partir do desejo só é concretizado através das mãos, transcorrendo pelos ideais, de uma teia de não dominadores, tendo, desta forma, um resultado final que será a expressão de diversas subjetividades. Mesmo que o sistema nos separe em caixas, ou que force uma padronização das subjetividades e de comportamentos sociais, ainda assim a materialização das ações só é feita refletindo os desejos de todos aqueles compõem a sociedade. A visão masculinizada do conhecimento categorizou o mundo a partir do seu reflexo, em uma concepção binária, analisando o outro como uma massa uniforme, do outro como um outro só. Esta falha torna impossível o entendimento da perspectiva de uma geografia feminista, já que esta parte justamente do lugar da subjetividade. O espaço paradoxal defende e discute que esta ciência, feita até aqui, inviabiliza as atividades não só das mulheres, mas de todos os grupos socialmente marginalizados, através da categorização explicativa de um olhar totalitário do espaço, forçando pesquisadores a um entendimento equivocado das múltiplas espacialidades que produzem o urbano e a sociedade de maneira geral.

## 4. CONCLUSÕES

A revisão epistemológica, não só da geografia como das diversas áreas que produzem e disseminam conhecimentos, é o primeiro passo para uma revolução científica que contemple o novo momento histórico. Não só um espaço paradoxal, como uma geografia paradoxal, que parte do reconhecimento de que há um discurso científico hegemônico que parte da patriarcal, do heteronormativo e da branquitude. Dentro da ciência geográfica é estimulado o olhar sobre o cotidiano, que é construído do micro ao macro, para que o conhecimento geográfico seja significativo a partir da realidade do aluno, mas também para que seja amplo. Explorar o cotidiano do aluno através dos conceitos geográficos como lugar, por exemplo, é uma estratégia de grande potencial para um diálogo inclusivo que abarque as visões apresentadas pelas geógrafas feministas contemporâneas. Se não for possível compreender o espaço construído à nossa volta, em sua pluralidade, também será anulada a potência do aluno compreender a própria existência a partir de seus espaços vividos.

Por fim, a perpetuação da geografia pela dominância da ótica masculina seguirá excluindo a multiplicidade de outros agentes produtores do espaço, tão ou mais importantes quanto. E é por essa razão que precisamos repensar a cidade naquilo que a fundamenta: se as relações sociais construídas através das vivências cotidianas, envolvendo temporalidades e escalas diversas, são impressas fisicamente no espaço, é inconcebível que sigamos com uma visão monocular sobre a questão. Ainda que às margens, são estes “outros” grupos, amplamente numerosos, que circulam e, portanto, transformam os espaços que são experienciados por todos e planejados por poucos. Agem ressignificando lugares e des-re-territorializando espaços à medida que os ocupam de acordo com suas necessidades, e intencionalidades. Parafraseando Joseli, a construção de uma perspectiva científica para além do androcentrismo, em outras palavras, uma geografia feminista, é também uma maneira de luta e resistência à dominação masculina e um caminho para tornar visível a mulher e os demais grupos que orbitam a periferia social, enquanto importantes agentes sócias-espaciais.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3ª Ed. São Paulo: Editora ÁticaS.A, 1995.

DA SILVA, Tomaz Tadeu *et al.* **A Produção Social da Identidade e da Diferença. EM: Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2000.

SILVA, Joceli Maria. **Um Ensaio Sobre as Potencialidades do Uso do Conceito de Gênero na Análise Geográfica**. Revista de História Regional 8(1): 31-45, Verão 2003/